

## NOTÍCIA SOBRE FUNDOS DO ARCHIVIO SEGRETO VATICANO COM INTERESSE PARA A HISTÓRIA MEDIEVAL DE PORTUGAL

MARIA DE LURDES ROSA \*

Desde a abertura do Archivio Segreto Vaticano [ASV] aos estudiosos, em 1880, têm-se levantado entre nós algumas vozes isoladas, avisando do interesse e necessidade de se proceder ao levantamento sistemático das fontes úteis à história portuguesa. Já em 1892, José Maria Rodrigues sugeria a criação de uma instituição semelhante às várias «escolas» e «academias» fundadas em Roma pela França, a Bélgica, a Alemanha e a Espanha, entre outros países, vocacionadas especificamente para o estudo da respectiva documentação nacional nos riquíssimos fundos arquivísticos papais<sup>1</sup>. A sugestão não teve eco prático, nem sequer ao nível da realização de trabalhos sobre os documentos portugueses no ASV. Apenas muito mais tarde, em 1931-32, um estudo do Marquês de Tovar fornece um primeiro levantamento de documentação relativa a Portugal<sup>2</sup>. O próprio autor adverte porém que o artigo, realizado numa breve

---

\* Mestre em História Medieval. O trabalho realizado para o presente artigo foi tornado possível pela concessão de uma bolsa pela *École Française de Rome* durante o mês de Fevereiro de 1992; agradecemos ainda a ajuda prestada no *Archivio Segreto Vaticano* pelo Sr. Professor Doutor Pe. António Domingues de Sousa Costa, O.F.M.

<sup>1</sup> *Nota sobre a necessidade de nos Archivos do Vaticano se fazerem investigações concernentes à História de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

<sup>2</sup> Pedro Tovar de LEMOS (Conde de Tovar), «Os Arquivos do Vaticano», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. IX (1931), pp. 88-104 e vol. X (1932), pp. 45-58 (reeditado em *Estudos Históricos*, t. 1, pp.65-138, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1960).

estadia em Roma, não tem pretensões de exaustividade<sup>3</sup>. Outros trabalhos tinham entretanto sido realizados ou iniciados, com base na documentação do ASV, mas a partir de perspectivas particulares; caracteristicamente, devem-se a estudiosos residentes em Roma por outros motivos que não a investigação. Falamos, concretamente, dos estudos de Mons. José de Castro<sup>4</sup>, e das várias obras de Eduardo Brazão<sup>5</sup>. Continuaram esta tradição os eclesiásticos portugueses que prosseguem estudos nas universidades pontifícias, nomeadamente na Universidade Gregoriana, alguns dos quais têm defendido teses na área da História<sup>6</sup>. A realização de colectâneas como a *Monumenta Henricina* deram ocasião a um esforço de levantamento de documentos, obedecendo porém a objectivos específicos e não a um plano sistemático. Um importante e porfiado trabalho tem sido levado a cabo pelo Professor Doutor Pe. António Domingues de Sousa Costa, que há décadas edita as súplicas portuguesas da série «Regista Suppl.», do fundo «Dataria Apostolica»<sup>7</sup>. Este trabalho fundamental tem sido complementado com documentação de vários outros fundos, sobretudo na perspectiva da história pessoal de eclesiásticos portugueses da Idade Média e Renascimento<sup>8</sup>. Ao mesmo investigador se deve ainda a contribuição para o *Chartularium Universitatis Portucalensis*, levantando e publicando a documentação relativa aos estudantes universitários<sup>9</sup>. Na sua globalidade, o plano de levantamento

<sup>3</sup> *Idem*, pp. 65-66.

<sup>4</sup> Entre os mais importantes contam-se *Portugal em Roma*, 2 vols., Lisboa, União Gráfica, 1939; *O cardeal nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943; *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, União Gráfica, 1944-1946.

<sup>5</sup> O elenco destas pode ser consultado em Francisco de Castro BRANDÃO, *Para uma bibliografia de História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, M.N.E., 1989.

<sup>6</sup> Sem pretensões de exaustividade, apontamos algumas: Júlio César BAPTISTA, «Portugal e o Cisma do Ocidente», *Lusitania Sacra*, t. 1 (1956), pp. 65-203; David Sampaio Dias BARBOSA, *O Governo Português e a crise do Papado nos anos 1840-1870*, Lisboa, Ed. Verbo Divino, 1979; Samuel RODRIGUES, *A polémica sobre o casamento civil (1865-1867)*, Lisboa, I.N.I.C.

<sup>7</sup> Nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vols. 1, 2 e 4, Porto, Ed. Franciscana, 1968-70.

<sup>8</sup> Para além dos vários artigos monográficos, refiram-se, pela sua dimensão, *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (revisão crítica dos autores)*. I (1394-1463), Braga, Ed. Franciscana, 1986 e *Estudantes Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha no século XV*, 2 vols., Bolonha, Real Colégio de Espana, 1990.

<sup>9</sup> *Chartularium Universitatis Portucalensis*, ed. de A. Moreira de Sá, 9 vols. (em publicação), Lisboa, I.A.C., 1966-1974, I.N.I.C., 1975-1978.

deste estudioso abarca ainda outros fundos extremamente importantes, destacando-se entre eles a Chancelaria Apostólica (séries dos «Regesta Vaticana», «Regesta Lateranensia» e «Regesta Avenionensia») e a Câmara Apostólica («Obligationes et Solutiones», «Obligationes Communes», «Annat. Div. Cameralia» e «Introitus et «Exitus»)<sup>10</sup>. Também conhecendo de perto o ASV, o Professor Doutor Pe. Avelino de Jesus da Costa já desde há anos vem trabalhando alguns dos seus fundos e chamando a atenção para a importância dos documentos. Data de 1980 um seu trabalho relativo à orgânica geral do arquivo e aos principais fundos para a História portuguesa<sup>11</sup>; já então anunciado, saiu recentemente o *Bulário Português* (relativo ao pontificado de Inocêncio III), sob a direcção daquele estudioso (que volta a frisar, na Introdução, a importância do ASV para a História de Portugal)<sup>12</sup>. Com base na documentação reunida nesta obra, por outro lado, foram realizados trabalhos analíticos de que são exemplo as teses de Maria Teresa Nobre Veloso e Maria Alegria Fernandes Marques<sup>13</sup>.

No entanto, continua totalmente por fazer um guia geral, por mais sumário que seja, da documentação portuguesa nos diferentes fundos papais. Nem sequer são conhecidas, ou disponíveis nas nossas bibliotecas, obras estrangeiras que publicam documentação vaticana relativa a Portugal. Do mesmo modo, é praticamente impossível encontrar roteiros, guias ou outros instrumentos de descrição arquivística do ASV, que permitam uma preparação prévia do trabalho. Em função deste quadro, a percepção da importância daquele arquivo para a História de Portugal é em geral reduzida. Quando não, a eminência de só poder verificar «in loco» a necessidade de uma estadia em Roma, com tudo o que isso acarreta (desde logo, os Portugueses não dispõem de qualquer tipo de residência oficial), torna desencorajante um recurso em larga escala à documentação papal.

<sup>10</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, pp. X-XI.

<sup>11</sup> «Arquivos eclesiásticos I, II, III», pp. 516-521, António Banha de AN-DRADE (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 1, pp. 513-553, Lisboa, Ed. Resistência, 1980. Veja-se ainda o primeiro levantamento de António BRÁSIO, «Ficheiro documental — Arquivo Secreto do Vaticano», *Lusitania Sacra*, t. II (1957), pp. 267-279.

<sup>12</sup> Avelino Jesus da COSTA e Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, Coimbra, I.N.I.C.-Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1989.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. XI.

E esta é, contudo, fundamental, e de uma enorme riqueza. Falamos, particularmente, da época medieval, quando os arquivos eclesiásticos eram os melhor organizados, reflexo de uma instituição com preocupações de domínio universal sobre o espaço humano, e com formas específicas de fazer valer esse domínio, que implicavam, nomeadamente, listas, cadastros, levantamentos. A documentação medieval que encontramos no ASV é uma documentação administrativa, o registo do recurso da Cristandade aos diferentes organismos da Cúria que resolviam os problemas de jurisdição, de posse, de consciência, etc. Ou, na sua outra face, é a prova dos direitos da Igreja nos diferentes países, e da vida dos seus funcionários: citando apenas alguns, a percepção de dízimas, os inventários de bens de clérigos, as listas de bens das dioceses, os benefícios concedidos aos eclesiásticos. A organização e natureza sistemática são as principais características desta documentação, por si só suficientes para tornarem importante a sua consulta, colmatando as falhas de uma documentação nacional não só mais pobre por origem, mas também sujeita a inúmeras vicissitudes arquivísticas (que parecem não ter ainda acabado). Mas também o carácter individual de muitos dos documentos (benefícios, resolução de contendas, etc), fornece um contributo inestimável para trabalhos prosopográficos; o facto de muita documentação existir em complementaridade com a documentação diocesana e monástica portuguesa (em especial, os recursos à instância papal), é outra razão adicional da sua importância. E, de um modo lato, toda a História da Igreja, da Religião e da Religiosidade em Portugal, não pode ser correctamente feita sem o recurso ao ASV. A própria imagem de Roma, no período medievo, era central nos diferentes níveis da sociedade que nela viam uma entidade superior, arbitral e sacralizada (mesmo que jogassem entre esta sacralidade e os interesses concretos).

Situado na confluência das lacunas apontadas, e na consciência da importância desta documentação, o presente artigo tem três objectivos principais. Por um lado, fornecer breves informações práticas sobre o ASV, que facilitem o conhecimento dos seus fundos e a sua consulta. Por outro, apresentar um primeiro levantamento de alguns dos seus fundos que conhecemos melhor, ou pela existência de instrumentos de trabalho mais acessíveis, ou por terem sido directamente por nós consultados. Por fim, e porque ainda pensamos que as instituições nacionais e estatais têm alguma responsabilidade no desen-

volvimento cultural do País, alertar para a conveniência e urgência de serem proporcionados meios que tornem possível o recurso a esta riquíssima documentação.

1. O acesso ao ASV é concedido depois da apresentação de um pedido pessoal, dirigido ao Sto. Padre, e acompanhado por uma carta de uma instituição cultural ou eclesiástica de Roma ou do País de origem. Uma vez obtida a permissão, o ASV dispõe de um bom serviço de acolhimento aos leitores, num nível geral e ao nível particular da Sala de Índices. Como noutros arquivos, existem restrições no número de documentação pedida por dia, mas o serviço de reproduções é muito eficiente e, em termos comparativos, economicamente acessível.

Para a pesquisa documental, a regra básica de consulta de qualquer arquivo de uma instituição complexa torna-se aqui indispensável: pensar em termos orgânicos. Isto é, existindo uma enorme massa documental, e estando os documentos relativos a Portugal espalhados pelos mais diversos fundos, importa raciocinar a partir da natureza do acto administrativo que o nosso assunto implica, e do corpo institucional que o efectivava. Com efeito, o ASV encontra-se, de um modo geral, organizado e indexado organicamente. Dentro dos limites deste artigo, e porque, de resto, a bibliografia é vastíssima, indicamos um pequeno artigo e os dois guias recentes que mais nos parecem proporcionar uma compreensão integrada do ASV, facilitando a despistagem dos documentos. Em primeiro lugar, o *Guida delle fonti per la Storia dell'America Latina — negli archivi della Santa Sede e negli archivi ecclesiastici d'Italia*, realizado sob a orientação de Lajos PÁSZTOR (1990)<sup>14</sup>. Apesar de descrever especialmente a documentação latino-americana, elenca todos os fundos e fornece breves indicações sobre a proveniência e natureza dos documentos. Pode completar-se com o artigo de Bruno KATTERBACH na *Enciclopedia Italiana* (1929), que fornece um quadro geral de grande utilidade<sup>15</sup>. Em terceiro lugar, e em concreto para os medievistas, a obra de Leonard BOYLE, *A survey of the Vatican Archives and of its medieval holdings* (1972)<sup>16</sup>. É particularmente útil pela grande quan-

<sup>14</sup> Città del Vaticano, Archivio Vaticano, 1990.

<sup>15</sup> «Archivio Vaticano», no vol. IV, pp. 88-90, Milão, Rizzoli, 1929.

<sup>16</sup> Toronto, Pontifical Institute of Medieval Studies, 1972.

tidade de bibliografia aduzida sobre cada fundo, e pelo seu carácter prático, que permite uma familiarização rápida com os principais índices e formas de descrição. Dadas as inúmeras obras já publicadas sobre e a partir do ASV, consultar-se-à com proveito a *Bibliografia dell'Archivio Vaticano* que, apesar de datar de 1962, evita pelo menos a consulta de fontes já publicada<sup>17</sup>. Por fim, são muito úteis para os investigadores portugueses as observações do Conde de Tovar no artigo acima citado, bem como os ensinamentos do Professor Doutor A. D. de Sousa Costa sobre o funcionamento dos serviços de registo papal, constantes das «Introduções» aos *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Na Sala de Índices, a qualidade e actualidade dos instrumentos de descrição varia, mas a consulta prévia destes roteiros e os esclarecimentos do funcionário responsável tornam possível uma rápida adequação.

2. Passamos agora a referenciar, de modo mais detalhado, dois fundos do ASV, ou dele dependentes, que contêm importante material para a História do Portugal medievo. Abordaremos depois a documentação sobre bibliotecas trecentistas portuguesas, dispersa por diferentes fundos, mas já inventariada e, em boa parte, publicada (mas nem por isso mais conhecida entre nós).

### A. O Arquivo da *Sacra Penitenzieria Apostolica*

À consulta no Archivio Segreto Vaticano, com acesso condicionado a uma autorização especial, encontra-se o importantíssimo fundo da poderosa *Sacra Penitenzieria Apostolica*. É constituído pela documentação originada por esta instituição e abarca o período que vai do século XIII a XIX, na parte considerada histórica (uma vez que continua a desenvolver-se o arquivo corrente, a partir de 1908).

A *Sacra Penitenzieria Apostolica*, existente desde meados do século XIII como organismo autónomo, é o tribunal através do qual o Papa exercita a sua jurisdição no foro interno. Seguindo a definição de um dos seus principais arquivistas e estudiosos, Filippo Tamburini, entram na sua competência a absolvição das sanções reservadas à Sta. Sé, bem como a concessão de comutações de votos, condenações,

---

<sup>17</sup> Città del Vaticano, Presso l'Archivio Vaticano, 1962.

dispensas e outras graças espirituais<sup>18</sup>. Ao longo dos vários séculos de existência, a extensão das suas competências e a dimensão do seu poder variaram, tendo sido frequentes as reformas pontifícias. Em termos de investigação histórica, contém documentação extremamente rica para a história interna do clero, da relação entre leigos e clérigos, da família. Nela se encontram, com efeito, as dispensas para ordenação por bastardia, os perdões por ligações matrimoniais dos clérigos, ou por comportamentos violentos dos mesmos e de leigos em relação à Igreja; a concessão de privilégios especiais, como seja os confessores próprios e a faculdade de usar altar portátil (ambos indícios de formas de religiosidade socialmente distintivas); e a anulação de impedimentos matrimoniais, seja antes seja depois dos matrimónios. Em termos cronológicos, o período medieval possui documentação contínua de 1409 a 1500, sendo anual a partir de 1449. Para o mesmo arco temporal existe apenas a série dos Registos de Súplicas, que contém o texto das súplicas enviadas ao Papa, e uma breve anotação da resposta da *Penitenzieria*; não se conserva, com efeito, a série paralela dos Registos de Bulas, que continha o texto das cartas de resposta enviadas pelo mesmo tribunal<sup>19</sup>.

Concentramos a nossa investigação no domínio das dispensas matrimoniais, que são preciosas para o conhecimento da consciência do parentesco de sangue, e da eficácia real do parentesco artificial. Neste âmbito, este fundo documental fornece-nos dados, praticamente anuais a partir de meados de Quatrocentos, sobre inúmeras famílias, em especial da alta e média nobreza, que contraíam entre si

---

<sup>18</sup> Seguimos até aqui o breve texto deste autor no *Guida delle fonti per la Storia dell'America Latina...*, cit., pp. 348-352 («Archivio della Sacra Penitenzieria Apostolica»). Podem ver-se ainda, do mesmo, «Il primo registro di suppliche dell'Archivio della Sacra Penitenzieria Apostolica», *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, 23, n.º 2 (1969, Jul.-Dez.), pp. 384-427; «Note diplomatiche intorno a suppliche e lettere di Penitenzieria (sec. XIV-XV)», *Archivum Historiae Pontificiae*, vol. 11 (1973), pp. 149-208; «Un registro di bolle di Sisto IV nell'Archivio della Penitenzieria Apostolica. Il trattato «De Antiquitatis Cardinalis Poenitentiarum Maioris» di G. B. Coccino (m. 1641)», *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, 36 (1982), pp. 333-380; «Le dispenze matrimoniali come fonte storica nei documenti della Penitenzieria Apostolica (sec. XIII-XVI)», *Le modèle familial européen. Normes, déviations, contrôle du pouvoir*, pp. 9-30, Roma, École Française de Rome, 1986.

<sup>19</sup> Cfr. os artigos de F. TAMBURINI citados acima; a consulta deste volumes é facilitada pelo «Prospetto della serie dei registri delle Suppliche di Penitenzieria», pequeno roteiro existente na Sala de Leitura.

matrimónios muito próximos, e recorriam às dispensas da Santa Sé <sup>20</sup>. Por outro lado, dispomos de material para uma análise das várias formas de religiosidade específica, que eram consideradas suficientemente importantes para serem alvo de um custoso pedido de dispensa. Não por acaso, o círculo de impetrantes é limitado, e coincide amplamente com o das famílias nobres que pedem dispensas matrimoniais. Será ainda útil fazer o cruzamento destas informações com as relativas aos membros destas famílias, beneficiários de cargos eclesiásticos, ou mesmo clérigos. Estas são, contudo, apenas algumas directizes provisórias de uma investigação possível, a partir de um material extremamente rico.

### B. Algumas séries do Arquivo da *Camara Apostolica*

A existência de um bom e recente inventário parcial da «Camara Apostolica» permite-nos apresentar a referência de alguns documentos existentes neste fundo, que nos parecem especialmente úteis para a história diocesana portuguesa. A «Camara Apostolica», que encontra a sua origem no século XII, contém numerosa documentação de carácter económico e fiscal. Embora não se encontre depositado na sua totalidade no ASV, a parte aí arquivada é de considerável dimensão <sup>21</sup>. No índice 1036 da Sala de Índices, estão inventariadas as seguintes cinco séries: «Introitus et Exitus» (1279-1524); «Collectoriae» (1274-1447); «Registra Avenionense» (1282-1426); «Obli-

<sup>20</sup> Como primeira abordagem, cfr. F. TAMBURINI, «Le dispense matrimoniale...», *cit.*: ver ainda A. BRIDE, «Empêchements de mariage», in R. NAZ (ed.), *Dictionnaire de Droit Canonique*, vol. 5, cols. 261-322, Paris, Letouzey et Ané, e Michel HAYEZ, «Les dispenses canoniques en matière de mariage: une source complémentaire pour les recherches généalogiques», *Annales de Généalogie et Héraldique*, 6 (1986), pp. 65-69. Do ponto de vista da análise histórica, salientem-se, entre outros: Constance BOUCHARD, «Consanguinity and noble marriages in the tenth and eleventh centuries», *Speculum: a Journal of Medieval Studies*, vol. 52, nº 2 (Abril 1981), pp. 268-287; Gerard DELILLE, *Famille et propriété dans le Royaume de Naples (XVe.-XIXe. siècles)*, pp. 281-292, Paris/Roma, École de Hautes Études en Sciences Sociales/École Française de Rome, 1985; Louis HAAS, «Social connections between parents and godparents in late medieval Yorkshire», *Medieval Prosopography*, vol. 10, nº 1, (Spring 1989), pp. 1-21; Christianne KLAPISCH-ZUBER, «Parrains et filleuls. Une approche comparée de la France, l'Angleterre et l'Italie médiévales», *ibidem*, vol. 6, nº 2 (Autumn 1985), pp. 51-78.

<sup>21</sup> Sobre este fundo, cfr. Laslos PASZTOR (dir.), *op. cit.*, pp. 29-30; Leonard BOYLE, *op. cit.*, pp. 41-48 e pp. 154-172.

gationes et Solutiones» (1295-1555); «Obligaciones Communes» (1408-1798) e «Obligaciones Particulares» (1420-1507). Dentro da segunda, ou seja, «Collectoriae», encontram-se, relativos a Portugal, vários documentos. Apresentamos uma lista sumária dos mesmos, que nos parece contudo evidenciar a sua importância, tanto pelo conteúdo, como pela extensão e mesmo proximidade cronológica.

— N° 111, fls. 81-129: «Collect. fructuum beneficiorum et residui decimae et censuum in regnis Castellae et Portugaliae» (1318-1321)<sup>22</sup>.

— N° 112, fls. 62-102: «Ratio decimarum in regno Portugaliae» (1329-1331);

· fls. 103-129: «Ratio collect. fructuum beneficiorum, decimarum et spoliiorum in regno Portugaliae, nempe in diocesis Ulixbonen., Elboren., Colimbriens., Egitanen., Bracharen., Lamecen., Vissen.» (1333-1337).

— N° 116, fls. 140-172, «Liber debitorum, quae d. Pape debentur in Regno Portugaliae» (1361-1366).

— N° 122, fls. 166-193, «Computus solutionis impositae pro armatura galearum, ex parte Clementis VII, de receptis in Hispania et regno Portugaliae».

— N° 179, fls. 1-259, «Collect. de fructibus beneficiorum, procurationis, spoliis, de diuersis et expensae in Regno Portugaliae et Algarbii» (1368-1372).

— N° 275, fls. 1-20, «Recepta de fructibus episcopatus Ulixbonen., tempore Sedis Vacantis» (1345);

· fls. 21-50, «Informatio super bonis d. Valasci quondam episcopi Ulixbonen.» (1345);

· fls. 51-90, «Introitus et exitus episcopatus Ulixbonen.» (1350-1353);

· fl. 93, «Collect. in diocesi Ulixbonen.» (séc. XIV);

· fls. 94-99, «Collect. de bonis episcopatus Ulixbonen.» (séc. XIV);

· fls. 100-111, «Articuli dati in processu circa quandam Summam traditam a Theobaldo olim ep. Ulixbonen.» (1356-1357);

· fls. 112-179, «Inventarium et ratio bonorum Laurentii, olim ep. Lixbonen.» (1366);

· fls. 180-258, «Rationes de bonis episcopis Lixbonen.» (1360-1362);

· fls. 157-212, «Introitus et exitus episcopatus Lixbonen., cum inventario bonorum mobilium» (1345).

— N° 504, fls. 1-8, «Inventarium bonorum ep. de Oporto (1372-1373).

---

<sup>22</sup> Esta lista está talvez relacionada com a publicada por Fortunato de ALMEIDA, no vol. IV da *História da Igreja em Portugal* (Porto, Livr. Civilização, 1971, pp. 90-144). Apenas uma investigação mais aprofundada que a nossa, até agora, poderá esclarecer o problema.

### C. Documentação sobre bibliotecas medievais portuguesas (1329-1378)

A tradição de estudos sobre bibliotecas medievais conta já com um considerável corpo de artigos, desde os trabalhos de fins do século XIX-inícios do século XX (Inocêncio da Silva, Teófilo Braga, Sousa Viterbo, Júlio Dantas, e Carolina Michaëlis de Vasconcellos<sup>23</sup>), até aos mais recentes (por ordem cronológica de publicação, Mário Júlio de Almeida e Costa<sup>24</sup>, António Cruz<sup>25</sup>, Isaías da Rosa Pereira<sup>26</sup>, Francisco da Gama Caeiro<sup>27</sup>, José Mattoso<sup>28</sup>, Avelino de Jesus da Costa<sup>29</sup>, e A. D. Sousa e Costa<sup>30</sup>). A edição de listas de livros de eclesiásticos e estabelecimentos monásticos por estes autores fornece já uma boa base de análise para uma história do livro e da leitura

<sup>23</sup> O elenco destes trabalhos pode ver-se em Isaías da Rosa PEREIRA, «Livros de direito na Idade Média», pp. 8-9 (nt. 3), *Lusitania Sacra*, t. VII (1964-1966), pp. 7-60.

<sup>24</sup> «Para a história da cultura jurídica medievla em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, nº 35 (1959), pp. 253-276.

<sup>25</sup> *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, vol. I, Porto, Empresa Ind. Gráfica, 1964 (diss. de doutoramento em História apres. à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

<sup>26</sup> Para além do artigo acima citado, a sua continuação em «Livros de Direito na Idade Média — II», *Lusitania Sacra*, t. 8 (1967-1969 [1970]), pp. 81-96; o autor publicou ainda *Achegas para a história da cultura jurídica em Portugal*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1983 (sep. do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, nº especial de homenagem aos Professores Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz), e, já para uma época posterior, *A livraria da Universidade nos incios do século XVI*, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1967 (sep. do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, nº 37-48).

<sup>27</sup> *Santo António de Lisboa, I — Introdução ao estudo da obra Antoniana*, pp. 31-37 e pp. 92-96, Lisboa, Oficina Gráfica de Ramos, Afonso e Moita, 1967 (diss. de doutoramento em Filosofia apres. à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

<sup>28</sup> «Leituras cistercienses do século XV», ed. original de 1972, reeditado em *Religião e cultura na Idade Média*, pp. 511-552, Lisboa, I.N.C.M., 1982.

<sup>29</sup> *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, Empresa do Diário do Minho, 1985 (sep. de *Theologica*, vol XVIII, fasc. I-II e III-IV (1983)).

<sup>30</sup> Edição da doação do bispo de Lamego, D. Gonçalo Gonçalves, ao cabido da Sé, de vários livros seus, para serem vendidos e com os proveitos, sustentada a sua capela (1397), em *Bispos de Lamego e Viseu...*, cit., pp. 15-19.

medieval, pelo menos em certos círculos<sup>31</sup>. Enriquecem ainda o tema estudos vários sobre a cultura livresca da Corte régia quatrocentista, ou de algumas personagens particulares, como sejam os levados a cabo por Mário Martins<sup>32</sup>, Robert Ricard<sup>33</sup> e outros<sup>34</sup>.

No ASV, por seu lado, existem documentos que podem dar uma preciosa contribuição para este «dossier». A partir das obras de Pietro Guidi, *Inventario di libri nelle serie dell'Archivio Vaticano (1287-1459)* (1948)<sup>35</sup> e de Daniel Williman (ed.), *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la Papauté d'Avignon. I. Inventaires de bibliothèques et mentions de livres dans les Archives du Vatican (1287-1420) — Répertoire. II. Inventaires de prélats et clercs non-français — Édition.* (1980)<sup>36</sup>, recenseámos as seguintes listas:

1. 1329 - Livros de Pero de Brunia, cônego de Braga e núncio em Portugal.

2. 1330 - Livros de D. Rodrigo de Oliveira, bispo de Lamego.

3. 1344 - Livros de Vasco Martins, deão de Évora, bispo do Porto e depois de Lisboa<sup>37</sup>.

---

<sup>31</sup> Refiram-se ainda as observações e bibliografia aduzida por Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português*, vol. I («Fontes de Direito»), p. 163, nt. 1, Lisboa, Gulbenkian, 1985 (onde cita um artigo que não pudémos consultar, «Bibliotecas medievales espanolas» (1965), que, pela referência deste autor, publica dois dos documentos que abaixo elencaremos [cfr. nts. 38 e 39]).

<sup>32</sup> Referindo apenas os principais: «O devocionário inédito de uma senhora quinhentista», *Brotéria*, vol. 49 (1949), pp. 79-82; «As orações que D. Duarte acrescentou ao seu livro de horas», *Brotéria*, vol. 68 (1959), pp. 256-260; «A Rainha D. Leonor e os livros», *Brotéria*, vol. 67 (1958), pp. 249-257; «O breviário franciscano da Rainha D. Leonor», *Brotéria*, vol. 72 (1961), pp. 510-522 (a consultar, com vários outros de interesse, nas colectâneas de trabalhos do autor. No âmbito do IV Congresso Internacional da Associação Hispânica Medieval, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, em Outubro de 1991, foi publicada uma primeira bibliografia do Pe. Mário Martins, da autoria de Manuel Barbosa («Contributos para uma bibliografia do Pe. Mário Martins, S.J. (1908-1990)», Lisboa, dact., 1991).

<sup>33</sup> «Les lectures spirituelles de l'Infant Ferdinand de Portugal», *Revue du Moyen-Âge Latin*, vol. 3, n° 1 (Jan.-Abril 1947), pp. 44-51.

<sup>34</sup> Charity Cannon WILLARD, «Isabel de Portugal, patroness of Humanism?», *Miscellanea di Studi e Ricerche sull'Quattrocento francese*, pp. 519-544, Turim 1967.

<sup>35</sup> Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1948.

<sup>36</sup> Paris, C.N.R.S., 1980.

<sup>37</sup> Documentos relativos à execução da venda dos bens do Bispo (nomeadamente livros), depois da sua morte. Inclui a doação dos livros que o mesmo fizera ao Cabido da Sé do Porto em 1331, já parcialmente publicada por Isafas da Rosa Pereira a partir do «Censual do Cabido da Sé do Porto» («Livros de Direito...» [I], pp. 20-21, *cit.*).

4. 1348 - Livros de Vasco Martins, cantor de Braga.
5. 1355 - Livros de Pietro di Marcello, *collector* de Portugal.
6. 1364 - Livros de Thibaud de Castillon, bispo de Lisboa<sup>38</sup>.
7. 1364 - Livros de Lourenço Rodrigues, cantor de Coimbra, depois bispo sucessivamente de Idanha, Coimbra e Lisboa<sup>39</sup>.
8. 1365 - Livros de Vasco Lourenço, bispo de Silves.
9. 1368 - Livros de Guillelmo Pilloti, cantor de Lisboa e *collector* de Portugal<sup>40</sup>.
10. 1378 - Livros de Agapito Colonna, bispo de Lisboa.

As listas indicadas pelos números 1, 2, 4, 5, 7, 8 e 10, foram totalmente editadas por Daniel Williman; as indicadas em 3 e 9, parcialmente. A lista do número 6 não foi publicada, por se tratar de um clérigo francês. De todas elas, porém, dispomos de reproduções da documentação. O conjunto deste material, que temos em estudo, parece-nos poder proporcionar um importante contributo para o tema em questão, não só pela proximidade temporal dos documentos, como pela sua riqueza. Será sobretudo útil uma comparação de todos os dados com os casos estrangeiros, dado que é cada vez maior o número de estudos disponíveis sobre o assunto<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> Que já foi objecto de um estudo de Yves RENOARD, «Un français du Sud-Ouest, évêque de Lisbonne au XIV. siècle: Thibaud de Chatillon (1348-1365)», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, n.s., t. XIII (1949), pp. 29-51.

<sup>39</sup> Como referimos na nt. 30, parece-nos ter sido já estudado em «Bibliotecas medievales espanolas».

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> Referindo apenas alguns (que usam documentação similar ou dão perspectivas globais): Maurice FAUCON, *La librairie des Papes d'Avignon, sa formation, sa composition, ses catalogues (1314-1420), d'après les registres de comptes et d'inventaires des Archives Vaticanes*, 2 vols., Paris, E. Thorin, 1886; L. C. BARRÉ, «Bibliothèques médiévales inédites d'après les archives du Vatican», *Mélanges d'Archéologie et Histoire de l'Ecole Française de Rome*, LIIIe. année (1936), fasc. I-IV, pp. 330-377; N. R. KER (ed.), *Medieval libraries of Great Britain. A list of surviving books*, Londres, Offices of the Royal Historical Society, 1964; K.W. HUMPHREYS, *The library of the Carmelites of Florence at the end of the fourteenth century*, Amsterdão, Erasmus Booksellers, 1964; IDEM, *The book provisions of the medieval friars, 1215-1400*, Amsterdão, Erasmus Booksellers, 1964; James Westfall THOMPSON, *The medieval library*, Nova Iorque e Londres, Hafner Publ. Co., 1965; A. M. GENEVOIS [et al.], *Bibliothèques de manuscrits médiévaux en France. Relevé des inventaires du VIIIe. au XVIIIe. siècle*, Paris, C.N.R.S., 1987; A. VERNET, *Les bibliothèques médiévales: VIe. siècle-1530* (vol. 1 de «Histoire des bibliothèques françaises»), Paris, 1989.